

PARECER JURÍDICO N.º 128/2016

ASSUNTO: Pregão Presencial n.º 020/2016

Em cumprimento ao comando do Parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, procedemos à análise do processo licitatório de Pregão Presencial n.º 020/2016 do tipo menor preço, o qual solicita aquisição de materiais de expediente, conforme descrição contida no presente processo administrativo.

Identifica-se dos autos que a necessidade da aquisição está expressa através dos Termos de Referência, expedidos pela Divisão de Logística e Compras, datados de 25/04/2016, e Memorando Interno, expedido pela Divisão de Recursos Humanos datado de 01/04/2016.

Em atendimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, a minuta do Edital foi devidamente examinada, aprovada e cancelada pela Assessoria Jurídica da COCEL, nos termos do Parecer Jurídico n.º 101/2016, conforme fls. 39.

O Aviso de Licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (fls. 73) e no Jornal Folha de Campo Largo (fls. 76), datados de 20/05/2016 e no Diário Oficial de Campo Largo (fls. 74/75), na data de 19/05/2016.

O Edital completo da presente licitação foi disponibilizado, gratuitamente, no "site" de licitações da COCEL, bem como registrado no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na data de 18/05/2016, às fls. 77, conforme determina a Instrução Normativa nº 37/2009.

Art. 2º O mural das Licitações Municipais será constituído por informações transmitidas pelos órgãos e entidades de Administração Pública Municipal, nos seguintes prazos:

I – No mínimo, até 7 (sete) dias úteis antes do início da data prevista, no Edital ou outro instrumento convocatório, para a abertura do certame licitatório, de quaisquer das modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão e pregões presencial e eletrônico, e inclusive as licitações realizadas mediante Sistema de Registro de Preços.

O ato de designação da função de Pregoeiro da COCEL (Portaria n.º 002/2016) encontra-se devidamente juntada ao processo licitatório, às fls. 78.

A abertura dos envelopes contendo as propostas foi realizada em sessão pública às 09 horas do dia 08 de junho de 2016, na sede da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, conforme Ata às fls. 83/84, da qual se verifica a participação de 03 (três) proponentes:

- **A. PEDRON & CIA LTDA. - ME;**
- **KELLI D S COMERCIO DE PRODUTOS - ME;**
- **SOLO COMERCIAL EIRELI – EPP.**

Procedida à abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e realizada a oferta de lances, durante a fase de habilitação obteve-se o resultado abaixo descrito, o qual após verificada a aceitabilidade da proposta e de sua habilitação, o Pregoeiro culminou por julgar vencedora da presente licitação a seguinte empresa:

Lote Único	Preço unitário máximo	Valor Unitário Ofertado.	Licitante
Item 01	R\$ 20,96	R\$ 20,96	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 02	R\$ 44,67	R\$ 41,98	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 03	R\$ 1,36	R\$ 1,28	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 04	R\$ 1,36	R\$ 1,28	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 05	R\$ 2,72	R\$ 2,55	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 06	R\$ 6,50	R\$ 6,11	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 07	R\$ 3,15	R\$ 2,96	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 08	R\$ 3,15	R\$ 2,96	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 09	R\$ 2,80	R\$ 2,63	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 10	R\$ 6,00	R\$ 5,64	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 11	R\$ 33,56	R\$ 31,55	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 12	R\$ 33,56	R\$ 31,55	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 13	R\$ 5,48	R\$ 5,15	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 14	R\$ 84,87	R\$ 79,77	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 15	R\$ 4,81	R\$ 4,52	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 16	R\$ 5,38	R\$ 5,06	A PEDRON E CIA LTDA –ME

Item 17	R\$ 5,79	R\$ 5,44	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 18	R\$ 29,55	R\$ 27,77	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 19	R\$ 37,12	R\$ 34,89	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 20	R\$ 33,27	R\$ 31,36	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 21	R\$ 5,20	R\$ 4,88	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 22	R\$ 34,05	R\$ 31,13	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 23	R\$ 335,75	R\$ 315,60	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 24	R\$ 22,98	R\$ 21,60	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 25	R\$ 7,90	R\$ 74,30	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 26	R\$ 3,78	R\$ 35,50	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 27	R\$ 10,05	R\$ 9,45	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Item 28	R\$ 412,50	R\$ 387,75	A PEDRON E CIA LTDA –ME
Total Lote	R\$ 22.991,27	R\$ 22.549,00	A PEDRON E CIA LTDA –ME

Quanto à publicação do resultado do julgamento da proposta, identifica-se que a Administração Pública, quando do exercício da função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República. Por conta disso, aplica-se ao caso, subsidiariamente, a norma legal contida no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem: (...)

§ 1º. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata. (grifo nosso)

Ou seja, de acordo com a inteligência do dispositivo acima, nos casos das decisões referentes aos procedimentos licitatórios, se presentes os prepostos dos licitantes neste momento, a comunicação poderá ser feita diretamente aos interessados e lavrada a ata.

Como se vê, a regra é a de que a ciência dos atos mencionados no § 1º do art. 109 seja realizada pela imprensa oficial, de modo que, apenas se estiverem presentes todos os licitantes (ou prepostos desses) no momento em que for tomada a decisão é que a intimação poderá ser considerada como realizada na própria sessão.


No caso do pregão presencial, então, é possível concluir que, se na sessão estiverem presentes todos os licitantes (ou devidamente representados), a Administração não precisará providenciar a publicação da decisão na imprensa oficial, podendo ser feita a intimação pessoal do resultado da licitação.

Revela-se inegável que a finalidade da publicidade foi atingida, proporcionando amplo acesso e interesse no objeto ora licitado, bem como a efetivação da compra abaixo do valor estimado.

Pela apreciação dos atos e termos do presente procedimento, verifico que os mesmos encontram-se revestidos das formalidades legais consubstanciadas na Lei n.º 10.520/02, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Devido ao exposto, opino que o presente procedimento licitatório, sob o aspecto legal, está em condições de ser homologado.

Campo Largo, 09 de junho de 2016.




Heloisa Helena Benato
OAB/PR 31.154

*Rateio do Precoço Suavizado em AVERO, O QUAL
APÓS A DEVIDA ANÁLISE VERIFICOU QUE O MESMO ESTÁ EM
CONDIÇÕES DE SER HOMOLOGADO.*

CL., 09/06/16

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL

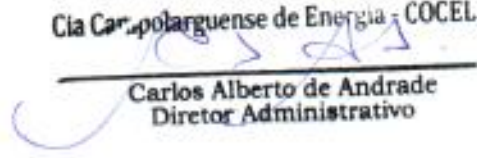


Adriano Huber Junior
Diretor Jurídico
OAB/PR 31.562

173
DE ACORDO COM O PARECER JURÍDICO EM ANEXO, HOMOLOGO O
PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO.

09/06/2016

Cia Carapalaguense de Energia - COCEL


Carlos Alberto de Andrade
Diretor Administrativo

EM BRANCO